

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 051

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, invocando a proteção de Deus, fonte inesgotável de sabedoria e justiça, declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de discutir a situação do deficiente em Mato Grosso durante o transcurso do Dia Nacional de Luta das pessoas com deficiência.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Carlos Batista Teles, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência da OAB; o Sr. Nilson Gomes Bezerra, Secretário de Administração e Orçamento do TRE; o Sr. Agnaldo Garrido, Diretor de Promoção Social da PROSOL, neste ato representando a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, Sr^a Terezinha Maggi; a Sr^a Ivete Vicentina de Amorim, Coordenadora do Núcleo de Combate e Promoção da Igualdade do Mercado de Trabalho-NUPROL, da Delegacia Regional do Trabalho; a Sr^a Flávia Tereza do Nascimento, Coordenadora do Fórum das Entidades de Defesa dos Direitos dos Deficientes; Sr^a Ivâni Almeida Costa, Presidente da Federação das Associações Pestalozzis de Mato Grosso; Sr. Marcino Benedito de Oliveira, Presidente da Associação Matogrossense dos Cegos.

Composta a Mesa, convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria de convidar a artista plástica Deuseni Félix para fazer parte da Mesa.

Senhoras e Senhores, autoridades da Mesa, no Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes estamos realizando esta Audiência Pública com a finalidade discutir a situação do deficiente em Mato Grosso.

Queremos destacar que esta Audiência Pública, atendendo reivindicação do Fórum das Entidades pela Luta dos Direitos dos Deficientes, foi transferida da Semana do Deficiente para hoje. Queremos destacar, também, a parceria para realização desta Audiência Pública, além do Fórum com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência da OAB.

Nesta oportunidade, queremos agradecer ao Presidente da OAB pela liberação deste auditório.

O Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes foi instituído pelo movimento social em Encontro Nacional em 1982, com todas as entidades nacionais. Esta data foi oficialmente instituída mediante a sanção da Lei nº 11.133, de 15 de julho de 2005.

O dia 21 de setembro foi escolhido pela proximidade com a primavera e o dia da árvore, numa representação do nascimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Mato Grosso possui uma população estimada de 250 mil pessoas com algum tipo de deficiência.

Essa população expressiva possui diversos tipos de problemas, nas diversas áreas: saúde, educação, trabalho, barreiras arquitetônicas, etc.

Nesta Audiência Pública serão abordadas, entre outras questões, o cumprimento e a fiscalização da Lei Federal nº 8.213, que trata da reserva de vagas para o deficiente nas empresas, a atuação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania em relação às pessoas com deficiência e a criação do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Além dos temas elencados, outros poderão ser inseridos neste debate. Para tanto, os segmentos organizados podem procurar o Cerimonial e se inscreverem para colocar outros problemas ou outros pontos de vista.

Entendemos que a união de todos os segmentos é fundamental para quebrarmos as barreiras existentes.

Que todos tenham uma boa Audiência Pública.

Os palestrantes terão dez minutos. Se houver necessidade de prorrogação, a Mesa vai examinar o pedido. Vamos ouvir, agora, a Sr^a Ivete Vicentina de Amorin, Coordenadora do Núcleo de Combate e Promoção de Igualdade do Mercado do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, NUPROL. Tem dez minutos e eu pediria que, momentaneamente, o Carlinhos assumisse aqui a Presidência, enquanto eu faço um atendimento ao Dr. Túlio Fontes, que veio de Cáceres especialmente para isso. Antes disso, a nossa querida Nádia do Cerimonial vai fazer a leitura das pessoas presentes.

A SR^a NÁDIA BIANCARDINI - Queremos agradecer a presença de todos e registramos aqui a presença do ex-Deputado Estadual Paulo Moura; da Sr^a Eliane Fabrini Ribeiro, Diretora Pedagógica da Escola do APAE; da Maria de Lourdes Teodoro, neste ato representando a Diretora da Escola Estadual de Educação Especial Luz do Saber da cidade de Várzea Grande; do Paulo José Moura, funcionário da Assembléia Legislativa; da Sr^a Sebastiana Áurea Leite, membro da AMDE - Associação Mato-grossense de Deficientes; da Sr^a Zumira Maria Lúcio, membro da Associação Mata Cavalos Sima da cidade de Nossa Senhora do Livramento; da Deise Maria Gonçalves Paula, Professora da Escola Estadual Barão de Melgaço; da Maria Ferreira de Souza, membro da Associação Pestalozzi de Várzea Grande; do Sr. Ângelo Alberto Santos de Lima, membro da Comissão dos Deficientes da OAB; do Sr. Manoel Domingos Lúcio, membro da Associação dos Moradores Comunidade Mata Cavalos Sima, Nossa Senhora do Livramento; da Tatiane Callosi, Assistente Social da APAE de Cuiabá; do Sr. Luis Carlos Graci, Coordenador da Secretaria do Bem Estar Social de Cuiabá. Queremos agradecer também a presença dos alunos da APAE de Cuiabá; da Maria Barros Santana, Coordenadora do Conselho Deliberativo da Associação Pestalozzi da cidade de Várzea Grande; do Sérgio Carlos da Silva, membro do Fórum da defesa da pessoa deficiente; do José César Camargo; participante desta audiência; da Sr^a Maria Inês Roberto Carvalho, Presidente da Associação dos Portadores de Esclerose Múltipla de Mato Grosso; do Desdél Ferreira, funcionário do Ministério do Trabalho; da Sr^a Isolina Pimentel, neste ato representando a Presidente da Associação Pestalozzi de Cuiabá, Sr^a Márcia Regina Moraes.

Queremos, neste momento, a apresentação da dança dos alunos da APAE de Cuiabá.

(O SR. CARLOS BATISTA TELES ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 14:51 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BATISTA TELES) - Eu gostaria de convidar a Sr^a Denise, em virtude de haver algumas pessoas deficientes auditivos no recinto para nos auxiliar fazendo a interpretação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a NARRADORA (NÁDIA BIANCARDINI) - Eu só quero anunciar a presença do Sr. Jackson Mercado Freitas, membro do Centro de Apoio Pedagógico do Deficiente Visual e da Sr^a Denise Torres Molina, Coordenadora de Educação Especial do SENAI.

Neste momento, vamos apreciar a dança dos alunos da APAE.
(NESTE MOMENTO, OS ALUNOS DA APAE PROCEDEM À APRESENTAÇÃO.)
(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 14:53 HORAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Sr^a Ivete Vicentina de Amorim.

A SR^a IVETE VICENTINA DE AMORIM - Boa-tarde a todos e a todas!

Em nome do Ministério do Trabalho eu agradeço a oportunidade de estar aqui. Eu cumprimento os componentes da Mesa. São dez minutos, então, vou ter que voar para falar tudo em dez minutos.

O Brasil, hoje, conta com 24,5 milhões de pessoas portadoras de deficiências. O mais grave é que a todo instante, a qualquer momento, qualquer um de nós, à medida que o tempo passa, nós temos a possibilidade ou a incerteza de fazermos parte dessa população, que há vinte anos está à margem, contrário a tudo que a nossa legislação nos dá de direito, leis, legislação federal, Constituição dos Estados. Entre os fatores de risco para que essa população aumente, nós podemos citar - eu não posso deixar de dizer porque vivenciamos muito isso - o acidente de trabalho. Então, quanto nós, a sociedade em si, pensamos em qualquer evento, qualquer movimentos de associações, de sindicatos, nós imaginamos deficiência aquela deficiência que você nasce, e hoje não é a nossa realidade, nós temos um grande número, como eu já disse, de deficiências adquiridas, e um dos grandes é o acidente de trabalho.

Entre o ano de 2000 a 2002, só a previdência social registrou no país 101 milhões e 362 casos de doenças, doenças ocupacionais ou por acidentes de trabalho mesmo.

Podemos citar também, nas grandes cidades, acidentes com balas perdidas, acidentes em casa. Nós temos visto aí a questão do desarmamento. Acidentes de transito. Então, são pessoas que levavam uma vida normal e que passam, então, a ser PPD - Pessoa Portadora de Deficiência.

Então, só esses fatos já serviriam para que a sociedade olhasse a população, o PPD, de uma forma diferente, sem um olhar preconceituoso. Mas, infelizmente, nós sabemos que ainda estamos muito longe.

Só reportando ainda em termos de acidente de trabalho que causa pessoas com deficiências, que provoca a deficiência, isso quando não ocorre o falecimento, como nós vimos, aqui em Cuiabá, eu até trouxe para alertar e sensibilizar, porque o grande problema nosso é sensibilizar a nossa sociedade.

Então, não sei se os senhores viram, mas, na segunda-feira, aqui em Cuiabá, no dia 19 de setembro, um acidente, onde uma bobina de 378 quilos caiu em cima de um trabalhador. Então, a vítima foi fatal, ele não entrou para morrer habilitado, nem uma seqüela, não, foi um acidente fatal.

A Denise que nos acompanha nessa luta, que é a grande parceira do Ministério do Trabalho, está nos informando que ele era um deficiente auditivo.

Como são dez minutos, eu vou procurar ...

Em termos de legislação, vamos nos reportar um pouco ao Governo de Fernando Henrique, em 1995, quando o Brasil participou em Genebra... Pela primeira vez o Brasil foi obrigado a reconhecer a desigualdade em nosso país. Hoje até a Organização Internacional do Trabalho já usa o termo desigualdade. A partir então dessas denúncias, as quais o Governo brasileiro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

não pôde mais refutar, ele ratificou a Convenção 100 e a 111, que tratam da questão do combate a qualquer prática discriminatória na relação emprego.

E aí então criou-se, no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho... Agora, eu já estou falando mais especificamente sobre o que o Ministério do Trabalho vem fazendo para a inserção do portador de deficiência no mercado formal do trabalho. Esses núcleos têm como instrumento de trabalho a lei de cota, ou especificamente a lei criada em 1991, a Lei nº 8.213, que estabelece para as empresas os estabelecimentos a cota. A cota vem como uma política afirmativa. Nós sabemos que às medidas afirmativas alguns são a favor e outros são contra, porque se entende que você possa de alguma forma estar chamando atenção de algo que é desigual.

Mas justamente se houvesse essa igualdade, então, nós não precisaríamos da cota onde entra o negro, o índio e o portador de deficiência. Nesse sentido, a inserção do portador de deficiência está mais avançada, porque o art. 93 da Lei nº 8.213, que é a lei da cota, já estabelece que as empresas que têm acima de 100 empregados são obrigadas a preencher, colocar dentro do seu quadro, pessoas portadoras de deficiência. Isso vai de 2% a 5%. Então, a empresa que tem de cem a duzentos empregados vai ser obrigada a colocar no seu quadro 2%; a que tem de duzentos e um empregados a quatrocentos empregados vai colocar 3%; de quinhentos e um empregados a mil funcionários, 4%, e mil e um funcionários acima, 5%.

Com base nesses decretos e nessa lei, dentro dos âmbitos funcionam os núcleos. Então, todos os Estados brasileiros possuem no âmbito da Delegacia Regional um núcleo. Esse núcleo é responsável, tem competência para obrigar as empresas a cumprirem essa cota. Então, esse é um avanço que as pessoas portadoras de deficiência conseguiram. Graças a quê? Graças a movimentos como este, a movimentos de associações. Então, nesse decreto é que estão estabelecidas as deficiências que as empresas podem estar encontrando. Vai ser um médico. Ele vai examinar a pessoa, vai dar o diagnóstico e dizer se a deficiência dessa pessoa está dentro desse decreto, que pode ser física, auditiva, mental, múltipla.

Com base nisso as empresas são chamadas no Ministério do Trabalho, firma-se um termo de compromisso. Em um primeiro momento, nós temos feito um trabalho de sensibilização de conscientização, porque nós entendemos a dificuldade. Por muito tempo foi negado ao PDD acesso ao mercado de trabalho. Então, nós temos toda uma dificuldade, que é a qualificação, o transporte e a realidade que os senhores conhecem muito bem, que foi debatida naquela semana que teve aqueles encontros. Mas mesmo assim as empresas estão conseguindo preencher essa cota. Quando essa empresa não consegue preencher, o Ministério pode autuar a empresa. O que nós ainda não fizemos porque entendemos que estamos num período de conscientização.

Agora, no momento, o nosso trabalho está caminhando para uma outra parte, uma outra etapa, ou seja, nós estamos organizando, junto com a Flávia, que é da AMDE, onde estão associados todos os portadores de deficiência, nós já fizemos uma reunião com os parceiros, faremos, então, um encontro com todas as empresas que foram notificadas para cumprir essa cota.

Então, hoje, nós temos, no Estado, essas empresas que têm acima de cem empregados uma cota legal, que é a cota que tem que ser preenchida, de 1.345. Dessa vaga de 3.345, no total as empresas já conseguiram colocar no mercado 1.231. Então, é um total de 202 empresas.

Em termos de porcentagem, então, nós vemos que o Estado está avançando, está cumprindo com o seu papel, está conseguindo inserir. Mas isto é suficiente? Não é, até porque o número de pessoas portadoras de deficiência é muito maior que a quantidade de empresas que nós temos. Por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, as grandes Capitais têm grandes indústrias, e o número de cota é maior.

Eu imagino, e nas conversas que eu tenho tido com as entidades que trabalham com o PPD, com as pessoas portadoras de deficiência, que ainda existe um grande número de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

portadores de deficiência fora do mercado formal de trabalho. Então, nós temos ainda muita coisa para se fazer no Estado a respeito de estarmos inserindo os portadores de deficiência no mercado de trabalho, no mercado formal, não só - e aí nos temos que lembrar também, embora já estejamos aqui falando sobre o portador de deficiência... Nós não podemos esquecer a questão do negro, nós sabemos que Mato Grosso é a segunda população negra do Brasil, e nós visitamos, vamos em empresas, em lojas e quase não vemos os negros. Então, onde eles estão? Em termos de trabalho com a parte excluída da sociedade, nós temos ainda muito que se fazer.

Faço aqui também na minha fala - não sei se já passaram os meus dez minutos, eu acho que já foi - um pedido às associações, à Pestalozzi, à AMDE, nós estamos vinculando esse trabalho. O núcleo existe desde 2001, e considero que o que nós já fizemos é pouco, poderíamos ter feito muito mais. Mas é preciso que a sociedade civil nos procure. O Estado, o Governo precisa ser provocado, se a sociedade civil não se organiza, não busca, não cobra, ela não caminha.

Então, o núcleo está à disposição, e vejo que cada encontro deste aqui, eu considero que cada presente aqui é um multiplicador desse núcleo. O núcleo, se me permite... Posso falar mais um pouco ou meu tempo já acabou?

No núcleo também tratamos outra questão, porque, além da questão da inserção, nós temos a questão da prática discriminatória que existe em todo local de trabalho. O alto índice de desemprego leva a uma situação penosa para todos. Mais ainda para o portador de deficiência, o negro, o índio. E a nossa relação trabalhista está permeada por práticas discriminatórias, que agrava a saúde mental do trabalhador.

Então, no núcleo também fazemos esse trabalho, que é o atendimento a pessoas que por um motivo ou outro passa por uma prática discriminatória que vai desde a discriminação por assédio moral, que é um número alto de denúncias, gravidez, opção sexual e precisa de divulgação, que você passe essa informação para o vizinho, para o irmão, para o amigo. Porque é só através da procura no núcleo é que nós vamos conseguir sensibilizar um pouco mais a nossa sociedade, onde o capitalismo é selvagem, a desigualdade é muito grande, o desemprego é grande, a procura por condições de vida melhor é permeada de sofrimentos, de desigualdades, e aí nós sabemos que quem sofre mais é a classe menos favorecida. É aquela que, muitas vezes, para não perder o emprego, acaba sujeitando vários tratamentos que hoje tem uma legislação que protege.

Na parte da fiscalização para inserção do PPD, nós contamos com corpo dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e também o Ministério Público, que, muitas vezes, quando toma conhecimento, solicita informação do Ministério do Trabalho e Emprego para saber se aquela empresa já passou pelo núcleo, se já cumpriu com a cota ou se aquela empresa teve alguma prática discriminatória. Nós passamos essa informação ao Ministério Público e ele toma providências cabíveis. Às vezes, abre processo de inquérito, ou, se tiver resolvido, não. Mas a parte da inserção e a parte da fiscalização compete ao Ministério de Trabalho e Emprego. E isso tem que ser cobrado. E quem vai cobrar? É a sociedade civil organizada, junto com seus sindicatos, junto com suas associações e filiações que poderão estar buscando e cobrando.

Encerrando, como eu tenho um minuto, teria mais coisas para falar, mas o tempo é pouco, coloco-me à disposição, coloco o núcleo à disposição dos senhores. Muitos aqui que são nossos parceiros continuem nos procurando. Precisamos da ajuda de vocês para conseguirmos mudar essa estatística. Boa-tarde a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação da Dr^a Ivete.

Vamos passar a palavra ao Dr. Carlos Batista Teles, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, que é da OAB.

O SR. CARLOS BATISTA TELES - Boa-tarde a todos!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo, que fez o Requerimento solicitando Audiência Pública, ao qual agradecemos pessoalmente em virtude de sabermos a importância da discussão hoje, neste dia. Através da colega Ivete eu quero cumprimentar todas as mulheres presentes.

Eu quero dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que para as pessoas portadoras de deficiência não é somente o dia 21 de setembro que é o dia de luta. Todos os dias são dias de luta. Porque é constante a luta do deficiente físico, todos os dias que ele sai para atravessar uma rua, para subir uma calçada, toda vez que ele quer pegar um transporte coletivo e não pode porque não tem adaptações. É constante a luta do deficiente visual toda vez que assisti à novela, às vezes, ouve uma propaganda na televisão e o locutor, o apresentador diz: o endereço está no rodapé, você pode ligar. É verdade. É constante a luta do deficiente auditivo quando ele não tem qualquer comunicação com a sociedade. Se não fosse a Professora Denise, nossos colegas deficientes auditivos aqui presentes não estariam entendendo nada do que eu estou dizendo. E o que mais dizer do deficiente intelectual, que era o deficiente mental há pouco tempo? A ciência e a educação mudaram. Hoje, não existe mais o deficiente mental. Existe o deficiente intelectual. Imaginem, então.

Todos os dias são de luta. Diante dessas barreiras que estamos citando aqui: arquitetônicas, da comunicação, visuais, nós temos também barreiras sociais do preconceito, da discriminação, do descaso, não é?

Quantas vezes nós temos um deficiente que utiliza cadeira de roda, não é mesmo, colega Deuseni Félix, que já passou por isso? E, às vezes, você está num anfiteatro e tem que ser transportada para uma cadeira porque não tem espaço físico para transitar livremente; ou quantas vezes estamos num clube e as pessoas olham assim no canto do olho, Deputado, e diz: Se ele pular dentro d'água, eu não entro mais aí. É preconceito? É discriminação? Não é verdade?

Quantas vezes deficientes visuais passaram em concurso público e tiveram que entrar com mandado de segurança para ocupar o seu cargo, porque o setor público ou aquele setor onde ele se propôs e realizou o seu concurso não acreditava que o deficiente visual pudesse ocupar aquele cargo e desenvolver aquela atividade. São barreiras, preconceitos, discriminações. Não é verdade?

Mas para eliminar essa desigualdade, aí vem o setor político, como Deputado Humberto Bosaipo, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Riva, como os nossos vereadores da Capital, Luiz Marinho, Mário Lúcio que, por uma infelicidade, não estão presentes nesta Audiência Pública hoje, porque deveriam estar, se são representantes do povo deficiente desta Capital, deveriam estar aqui presentes, mas cada um tem o seu motivo.

Então, vejam: Nós temos uma farta legislação. Nós temos legislações federal, estadual, municipal, temos leis para tudo, desde lei que concede passe livre - quando faltar vinte minutos dá um toque - adaptação de transporte coletivo, desde leis concedendo o direito de matricular filho na creche mais próxima ou no colégio mais próximo, lei de cotas que reserva vagas no mercado de trabalho. Nós temos legislação que isenta o deficiente do IPVA, do transporte coletivo interestadual, do IPI Federal. Nós temos legislação pública, Constituição Federal que concede o direito do deficiente de reserva de vaga no mercado público de trabalho. Lei Complementar Estadual nº 04/90 concede 5% das vagas do serviço público para pessoas portadoras de deficiência. Enfim, nós temos legislação aí que tenta reduzir essa desigualdade.

Mas o que está acontecendo? Nós temos também, de outro lado, Deputado, a sociedade organizada. Eu acredito nisso. Nós temos a associação dos deficientes, nós temos associação cuiabana de deficientes físicos. Não é Deuzeni? nós temos o fórum, Flávia, que reúne as entidades. Nós temos a associação dos cegos, os institutos, as associações de surdos e mudos, enfim, a sociedade, Deputado Humberto Bosaipo, está organizada, está se juntando. Nós temos a APAE em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

todos os municípios deste Estado. Eu creio que ela está instalada em todos os municípios. Não é, professora Elaine? Nós temos a Pestalozzi Asa Branca. Nós temos a sociedade de classe como a AOB, que criou, que estabeleceu uma comissão, da qual eu me orgulho de ser o Presidente. Temos a Deuzeni Félix, o Dr. Ângelo Alberto, o Paulinho José Moura, pessoas atuantes que estão trabalhando dia-a-dia, somente na defesa do direito do interesse das pessoas com deficiência.

Nós temos o Ministério Público, através da promotoria, da cidadania. Nós temos a Delegacia do Trabalho, como a professora acabou de dizer aqui muito bem. Mas o que está acontecendo? E o que é pior, nós temos aquilo que nós poderíamos chamar de... E eu vou chamar erradamente, vou chamar só para nós nos situarmos. Nós temos a chamada clientela.

Eu pedia permissão ao Deputado Humberto Bosaipo para apresentar os novos números que eu colhi recentemente. Nós da comissão temos que trabalhar com isso. Nós temos que, então, estar inovando.

Queremos dizer aos senhores que em Mato Grosso, de acordo com o senso realizado pelo IBGE, são mais de 342 mil pessoas com deficiências. Isso significa que 3,5% da população de Mato Grosso, Deputado, é portadora de algum tipo de deficiência: física, auditiva, visual, deficiência intelectual - a antiga deficiência mental - e deficiência múltipla.

Só no Estado de Mato Grosso em idade para trabalhar nós temos mais que duzentas e cinqüenta e sete mil pessoas com deficiência. Agora, imaginem, só fazendo um paradoxo com os números que a Professora Ivete apresentou aqui. Quantos (PAUSA)? Uns duzentos e lá vai pedrada de pessoas empregadas. Imagine, Deputado, falta pouco para alcançarmos as duzentas e oitenta e sete mil pessoas deficientes que estão em idade para trabalhar. E por que isso?

Eu faço aqui uma crítica à lei de cotas. Embora as associações, os fóruns, o DRT, o Ministério Público e o setor político trabalhem para implementar a lei de cotas, para que ela seja efetivamente cumprida, pesquisas do ano passado indicam que, se essa lei de cotas nº 8.213/91 fosse cumprida na íntegra, nós só colocaríamos no mercado de trabalho 3,9% das pessoas com deficiência em idade para trabalhar. E o que vamos fazer com os 96,5%? Não é verdade? Porque a crítica que se faz é que, na medida em que a lei de cotas obriga as empresas com mais de cem funcionários a contratarem 2%, aí progressivamente, até acima de 1.001, chegando a 5%, ela desobriga as empresas que têm menos de cem funcionários, que é, aproximadamente - a professora Ivete tem mais números, quanto? - a maioria. Eu acho que 80%, 90% das empresas, eu não tenho esses números, têm menos de cem funcionários.

Então, a lei de cotas permite e não permite. Porque na medida que ela obriga pouco número de empresas, e nós vimos aqui... Eu não tinha nem esses números para vocês terem uma idéia, mas, agora, concretamente, nós podemos verificar que são duzentos e oitenta e sete mil com idade para trabalhar e somente mil e duzentas estão empregadas. Por quê? Porque, realmente, é o que as pesquisas indicam. A lei de cotas não traduz a necessidade. Ela não coloca, realmente, o deficiente para trabalhar na proporção em que deveria. Porque se ela obriga as empresas com mais de cem pessoas contratadas, ela desobriga as empresas que têm menos de cem pessoas. É uma crítica que fazemos á lei de cotas.

Mas o que acontece? Nós dissemos que nós temos legislação, instituições, entidades, grupos organizados e uma clientela de trezentos e quarenta e cinco mil deficientes. Só em Cuiabá há sessenta e sete mil pessoas com deficiência em Cuiabá e mais de vinte e seis mil em Várzea Grande, praticamente, mais de noventa mil pessoas com deficiência nesse núcleo de Cuiabá e Várzea Grande.

Pois é, em nível de Brasil, se todas as empresas cumprissem, só atingiria 3,9%. Isso em nível de Brasil, Deputado, que nós sabemos que existe um parque industrial maior, porque Mato Grosso não tem um parque industrial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Quantas empresas nós conhecemos que têm mais de cem funcionários? São poucas, pouquíssimas empresas. Não é verdade?

Então, o que nós precisamos? Precisamos, então, de um mecanismo que possa fazer com que a Legislação seja cumprida, a Lei de Cota, a Lei de Serviço Público, a Lei de Adaptação de Transporte Coletivo, enfim, a Lei de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, a Lei nº 10.098, de 200, que prevê a eliminação de barreiras arquitetônicas, de barreiras da comunicação, de barreira da visão.

De barreira da visão, por exemplo, Deputado, prevê a colocação no semáforo sonoro para o deficiente visual, porque ele é totalmente dependente. Ele chega no semáforo e precisa de alguém dizer: Olha, está vermelho. E se ele pega um sacana e fala assim: Está verde, e o trem está vermelho. Existem muitos caras que, às vezes, brincam e depois que vem a consequência se arrepende.

Você já imaginou o deficiente para lá e ele fala: Está verde, pode passar. Aí, a hora que o cara passa, ele fala: Não, está verde, era um carro do exército que estava vindo.

Então, vejam: a Lei nº 10.098/2000 prevê a eliminação dessas barreiras.

Então, nós temos a legislação. O que está faltando? Falta o mecanismo. Está faltando algo que possa estar ligando o deficiente a sua necessidade.

A legislação é o cumprimento efetivo das leis. E nós entendemos, Deputado, que isso é o Conselho Estadual. Nós precisamos da criação desse Conselho Estadual, porque, senão, nós vamos continuar a vida inteira, de um lado as associações, as entidades de classe, a sociedade organizada, que eu entendo que está até um certo ponto organizada, e de outro lado estando olhando a Legislação e nada de efetivo irá acontecer.

Por exemplo, nós temos a Lei do Passe Livre, de 1987. São quase vinte anos. Agora, nós precisamos discutir. Será que nós queremos o passe livre ou queremos o direito de entrar no ônibus? Por que eu digo isso? Porque nós não fomos chamados para discutir. Nós não fomos chamados para discutir.

Então, criou-se uma lei concedendo lá: “É concedido passe livre ao deficiente físico e às pessoas com dificuldade de locomoção no transporte coletivo municipal”. Mas eu pergunto aos senhores o que é melhor para nós deficientes: que nos concedam o passe livre, aquela bagatela de um real e sessenta centavos, ou que nos concedam o direito de entrar no transporte coletivo, de adaptar o transporte coletivo? Se tivessem perguntado para mim eu teria dito: eu posso pagar minha passagem e, àquele que não pode pagar, nós daremos um jeito de pagar, de pegar emprestado um passe livre, um vale transporte, mas nós queremos o direito de entrar no ônibus. Precisamos que o ônibus seja adaptado. Não é verdade?

Então, nós já entendemos que nós precisamos da criação do conselho estadual. Através do conselho estadual, nós vamos discutir esses assuntos. As entidades, as pessoas com deficiência, organizadas, vão começar a discutir o que se pretende. Nós precisamos agora trabalhar com a seguinte filosofia: como falou o professor Romeu Sasaki aqui, num congresso, no mês passado, hoje, a filosofia nossa, do deficiente físico, do deficiente visual, do deficiente auditivo, do deficiente intelectual, deve ser “Nada sobre nós sem nós”. Nós devemos gravar essa frase. Nós devemos escrever essa frase na parede do nosso quarto, no banho, no espelho do nosso banheiro, na nossa agenda. Nós devemos escrever “Nada sobre nós sem nós”. Nós não podemos mais admitir que as pessoas comecem a discutir o que é para nós sem a nossa participação, sem entender o que realmente é necessidade do deficiente visual, do deficiente auditivo, do deficiente físico, do deficiente intelectual.

Por exemplo, nós temos a Lei Complementar nº 114, de 2002, que criou o Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. Agora vocês imaginem, eu sou advogado, membro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

da Procuradoria da Assembléia Legislativa e nunca tinha visto essa lei. Um dia, curiosamente, passeando pelo *site* da Assembléia Legislativa, vi a lei complementar, Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. Eu falei: isso é bom! Mas nós fomos consultados? Alguém foi consultado? Ou alguma entidade, APAE, Pestalozzi, AMDE, FCD, ICEMAT, Associação dos Surdos-Mudos de Cuiabá e de Várzea Grande? Nós fomos consultados para criar o Estatuto das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Estado de Mato Grosso? Não. Então, nós devemos agora adotar essa filosofia “Nada sobre nós sem nós”. É por isso que nós desejamos, principalmente nós da OAB, a criação desse conselho, porque por meio desse conselho nós vamos discutir. Por exemplo, será um órgão consultivo das questões relacionadas às pessoas com deficiência. O que fazer, como fazer, onde fazer, por que fazer? Essas discussões vão passar pelo conselho, porque esse conselho vai ser suprapartidário. Vai ter representante do Governo, representante do setor civil, das entidades, dos grupos organizados de pessoas com deficiência, da OAB, do Ministério Público. Vão compor esse conselho as cabeças diversas da sociedade que vivem no dia-a-dia os problemas e vão compor esse conselho para estar discutindo todas essas ações.

Além disso, o conselho também deverá servir como órgão fiscalizador das ações do Governo. Por quê? Por meio do conselho, nós, enquanto entidades, enquanto deficientes, vamos estar mais próximos do Governo. Para quê? Para podermos fiscalizar, auxiliar, dar opinião, dar a nossa opinião, como pessoas conscientes que vivemos o problema, na criação, na formulação de políticas públicas para a saúde do deficiente, para a profissionalização do deficiente, para a criação de postos de trabalho. Nós vemos que se empregam mil e duzentas pessoas graças à luta de órgãos como a DRT, o Fórum, a AMDE - Associação de Deficientes, a OAB, o Ministério Público, enfim, são tantos os setores envolvidos. Conseguimos empregar mil e duzentas pessoas, quando temos duzentas e oitenta e sete mil para trabalhar. Mas quando estivermos próximos do Governo nessas discussões, nós vamos estabelecer ações voltadas para a saúde do deficiente, para a profissionalização, educação, criação de postos de trabalho. Aí não precisaremos de lei de cotas, porque a partir do momento que eu estiver profissionalizado, educado, capacitado, vou disputar o mercado de trabalho em pé de igualdade. Como o professor Ângelo, por exemplo, meu colega advogado, ceguinho, passou no concurso recentemente da Procuradoria-Geral do Estado. Está lá empregado. Por quê? É óbvio que se trata de uma exceção. É uma exceção. Mas ele estudou, formou-se em direito, capacitou-se, passou no concurso e está empregado. É uma exceção. Quisera todos pudessem ser uma exceção, pudessem se profissionalizar para disputar o mercado de trabalho e poder criar suas famílias com dignidade.

Então, Deputado, nós não precisamos de lei de cotas. Nós precisamos de ações, de políticas públicas voltadas para capacitar o deficiente, para ele poder procurar o seu emprego onde ele entender melhor, onde ele achar melhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos o Carlinhos.

Agora, vamos ouvir o Nilson Fernandes Gomes Bezerra, pai do Fernando que está ali, aquele belo garoto, Secretário de Administração do TRE de Mato Grosso, Secretário da AEBH de Mato Grosso.

O SR. NILSON FERNANDES GOMES BEZERRA - Deputado Humberto Bosaipo, Presidente desta Sessão, em nome do qual cumprimento todos os colegas da Mesa; Dr. Carlinhos, em nome do qual cumprimento os portadores de necessidades especiais, as famílias aqui presentes.

Como o Deputado bem disse, eu vou falar aqui sob três prismas: o prisma do pai de um deficiente físico, no caso, um cadeirante; o prisma de um Secretário de Administração de Orçamento do TRE, que é uma empresa cidadã, que colabora muito com a melhoria das condições

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

de vida do deficiente; e o prisma do segundo Secretário da Associação de Espinha Bífida do Estado de Mato Grosso, que é uma associação que luta pela melhoria de condições de vida do deficiente.

Sob o prisma do pai, eu gostaria de contar uma história. Sei que alguns já conhecem. Estou vendo colegas aqui que têm deficiência visual que já ouviram essa história, mas vou repeti-la assim mesmo para ilustrar bem o que é ser pai de uma criança deficiente física.

Peço desculpas à tradutora, vai dar um pouco de trabalho a história, mas vou fazê-la assim mesmo. O nome da história é “Bem-vindo à Holanda”.

A história é a seguinte: uma pessoa, que é filho de italianos, preparou-se a vida inteira para ir à Itália, conhecer a Itália, porque seus pais são italianos. Não se preparou para ir para a Holanda, ela se preparou para ir para a Itália. Então, ela sabia falar italiano, conhecia tudo da Itália, mas ela não sabia falar holandês, não conhecia nada da Holanda. Então, ela se viu numa situação bastante difícil e gerou toda uma insegurança.

Mas depois de alguns dias na Holanda ela percebeu que é possível também curtir Holanda, e é possível ser feliz na Holanda, porque na Holanda tem Van Gogh, a Holanda tem grandes quadros, a Holanda tem grandes obras de arte, é um país maravilhoso, tão bonito quanto à Itália. É que aquela pessoa só olhou e focou na sua vida em morar na Itália ou visitar a Itália. Fazendo um paralelo de tudo isso, eu quero dizer o seguinte: que quando criança, depois adolescente e depois na minha vida adulta, eu sempre sonhei em ter um filho, mas nós quando sonhamos ter um filho, nós sempre sonhamos ter um filho campeão mundial, o melhor aluno da sala ou que vai ser doutor. Nós sempre sonhamos o máximo para seu filho. Na verdade, nós projetamos no filho tudo aquilo que sonhamos ser.

Então, se de repente, um dia eu quis ser campeão mundial, ou campeão olímpico, alguma coisa assim, não consegui ser, projetei no meu filho essa vontade. Então, todo pai faz isso, é natural, é bom e saudável que seja feito. Infelizmente, comigo, particularmente, isso não ocorreu. Meu filho nasceu com uma deficiência física ocasionada por uma má-formação congênita chamada espinha bífida, e por conta disso hoje ele não anda, mas vai andar um dia, tenho certeza disso.

Então, o seguinte: eu descobri que meu filho não era tudo aquilo que eu sonhei, mas descobri de uma outra forma que eu posso ser tão feliz ou muito mais feliz do que o pai que teve o filho dos seus sonhos, digamos assim. Na verdade, meu filho é meu filho dos meus sonhos, é a pessoa que eu mais admiro neste mundo, é a razão de viver da minha vida e foi ele que me incentivou a crescer como pessoa. Se eu continuei estudando, se eu fui atrás de emprego melhor, se eu fui atrás de algo mais da minha vida, foi o tempo todo pensando nele. Eu cresci como pessoa graças a ele. E tenho certeza de que não seria uma pessoa tão completa assim se eu não o tivesse na minha vida. Então, só tenho que agradecer ao Fernando: obrigado Fernando.

Então, assim eu acho que é a visão do pai, acho que deu para entender direitinho. Vou falar agora na visão do Tribunal Eleitoral. Sou Secretário de Administração e Orçamento do TRE, tenho muito orgulho de trabalhar nessa empresa, uma empresa pública federal e graças a ações das administrações que por lá passaram e que vão passar no futuro, com certeza, porque há empenho da justiça eleitoral como um todo de respeitar deficiente. Então, para se ter alguns parâmetros, Carlinhos está falando da lei de cotas, a Lei Complementar nº 04 de Governo do Estado de Mato Grosso, e a Lei nº 8.112, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos federais, prevêem 5% a cota para servidores. Só que essa cota é mínima. Nós a pensamos como máxima e tentamos sempre usá-la. No Tribunal Eleitoral eu tenho orgulho de dizer que temos 10% de servidores deficientes físicos. Então, é um grande orgulho nesse sentido. Por que 10%? Porque o nosso trabalho, que é um pouco mais burocrático, permite que tenha um pouco mais de deficientes físicos, mas não por isso menos capacitados. Muito pelo contrário. Eles têm muito orgulho de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

trabalharem lá e se esforçam mais do que os outros para mostrarem que são capazes. E muitos são pessoas de grande destaque dentro do Tribunal.

Além disso, para dar um outro exemplo do órgão que trabalho, os deficientes visuais vão saber bem disso... O Carlinhos falou uma frase que eu achei interessante e vou repeti-la aqui: Nada para nós sem nós. No ano passado, por exemplo, a Presidência do TRE convocou a Associação dos Surdos/Mudos de Cuiabá e Várzea Grande, o Instituto dos Cegos, a Associação dos Cegos, a Associação Coxipoense de Deficientes, a Associação Mato-grossense de Deficientes para uma reunião. Reunião para quê? Para perguntar o seguinte: o que eles queriam que o TRE fizesse para que eles tivessem acesso ao voto. Era muito simples. Mais ou menos, nós sabíamos o que eles queriam. Então, para dar um exemplo de uma coisa que foi mudada baseado na reunião que tivemos. Nós pensamos em, por exemplo, criar uma seção especial, pegar um colégio que tivesse uma estrutura física arquitetônica muito boa e transferíamos os títulos desse pessoal todo para aquele colégio. Na reunião nós descobrimos o seguinte: Não queremos isso. Eu quero votar perto da minha casa, eu quero votar onde todos votam. E essa decisão foi tomada. Então, para se ter um exemplo, nós pegamos uma lista de todos os deficientes dessas associações e verificamos onde cada um votava. Então, foi enviado um técnico do Tribunal a cada um desses locais de votação e adaptamos cada colégio, por conta do próprio Tribunal, para receber o deficiente, quer seja, construindo rampas. Só para terem uma idéia, nós não construímos rampas em todas as escolas, só em escolas que tinham deficientes que votavam lá. Só em Cuiabá foram sete rampas e três em Várzea Grande. Ao todo, no Estado, vinte e nove rampas foram construídas em escolas. Com base nisso, a Prefeitura de Tangará da Serra seguiu o exemplo e foi além. Ela construiu rampa em toda cidade. Em Tangará da Serra, o Juiz pediu ajuda ao Prefeito e ele falou: “Não, vamos fazer logo em tudo”. E saiu rebaixando calçadas por toda cidade. Ou seja, um movimento pequeno que gerou um movimento muito maior e positivo.

Para dar um exemplo, agora na área dos deficientes visuais, a Justiça Eleitoral permite que o deficiente visual vote, mas, principalmente, que ele saiba em quem está votando.

Quem não tem deficiência visual, digita o número do candidato e consegue visualizar, ou seja, ter uma confirmação visual se aquela pessoa que ele pretendia votar é realmente em quem ele está votando.

No caso do deficiente visual, ele não consegue visualizar a foto do candidato, o nome, o partido e tudo mais. Então, através de tecnologia, nós fomos estudar, corremos atrás, desenvolvemos *softwares*, e as seções eleitorais que têm deficientes visuais são munidas também de um fone de ouvido.

Então, o deficiente visual, ao votar, coloca o fone de ouvido, digita o número do seu candidato e tem uma confirmação auditiva, não visual, de quem ele está votando, ou seja, no fone de ouvido é falado o número do seu candidato. Então, permite que ele participe de maneira mais decisiva do processo democrático brasileiro.

Para dar um parâmetro sobre isso, essa solução encontrada pela Justiça Eleitoral Brasileira demandou investimento em pesquisa, em recursos financeiros, tivemos que desenvolver *software*, desenvolver *software* para isso, e equipamentos para isso, mas valeu a pena, porque trouxe um retorno, ou seja, nós conseguimos fazer com que pessoas que estavam alijadas do processo participassem de forma mais efetiva dele.

Então, para se ter um paralelo, os Bancos, por exemplo, tem muito mais tecnologia, muito mais dinheiro do que a Justiça Eleitoral. E, no entanto, o Banco, no terminal, não faz isso para vocês. Vocês concordam?

Então, o Banco, por exemplo, poderia fazer da mesma forma com que a tela ficasse negra, poderia ter um fone de ouvido para vocês, e dizer opções: Tecla 01, com teclas em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

braille, para saldo, 02 para extrato, 03 para isso e falar o extrato, falar o saldo. Tecnologia para isso já existe, nós já provamos isso, mas o que está faltando, na verdade, é vontade política.

Mas esperar que o Banco tenha vontade, não vai acontecer. Se não houver pressão da sociedade, pode esquecer. Isso nunca vai acontecer se a sociedade civil organizada não manifestar interesse e não correr atrás daquilo que eu considero como seu direito.

Sobre o prisma da Associação da Espinha Bífida do Estado de Mato Grosso. A Associação é uma Associação recém-criada, tem pouco mais de um ano de existência e já conseguiu muita coisa. Mas para conseguir, nós temos que correr atrás. Para dar exemplo, entre muitos que a Associação já conseguiu, recentemente, foi firmado um convênio com a Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso para repasse de recurso para compra de remédios, medicação, fralda, ou seja, tudo que é de necessidade dos associados dessa associação. Ocorre o seguinte: precisa fazer isso? Não. Se você for ao SUS, eles dão isso que você quer. Se que o SUS trata de tudo: de câncer, de dor de cabeça, do que você imaginar o SUS trata, qualquer tipo de doença o SUS trata, então, ele não conhece o seu problema específico. Nesse exemplo que eu dei, a espinha bífida é uma má formação na coluna vertebral, e essa má formação gera uma série de conseqüências, desde o fato de não andar, em alguns casos, pé torto, bexiga neurogênica, problemas no trato urinário. Ou seja, tem mais de doze seqüelas diferentes, e alguns podem tê-las em maior ou menor grau. Se você vai lá e pede fraude, por exemplo, até você provar que seu filho usa fraude mesmo tendo seis anos de idade, dez anos idade, até você conseguir provar isso com documentação e tudo mais, você vai conseguir fraude depois de um ano, um ano e pouco. Ou seja, é mais barato você comprar fraude do que você ficar lutando durante um ano para receber fraude.

Então, quando a associação procura, a associação tem mais condições, por exemplo, de sentar com os técnicos da Secretaria de Saúde e demonstrar o problema com mais eficiência. E ao demonstrar o problema, você consegue o repasse do recurso para que você possa fazer a aquisição do que é necessário - claro que prestando contas da maneira correta. E nós percebemos que, depois que o convênio foi assinado, a qualidade de vida do associado melhorou muito.

Então, é o seguinte: muitas coisas que sonhamos ter um dia são possíveis, mas sozinho é muito difícil. Portanto precisamos que as associações trabalhem verdadeiramente para o seu associado, ou seja, que corram atrás para conseguir as coisas. Na verdade, nós percebemos que, infelizmente, em algumas associações as pessoas fazem uso político. Usam a associação de trampolim político para outras aspirações. Isso só acontece, porque nós que somos da associação deixamos que isso ocorra. Toda associação tem uma eleição democrática, então basta votar em pessoas que você sabe que verdadeiramente trabalharão pela causa e não usarão a causa como trampolim político.

Para encerrar Deputado - eu já extrapolei o meu tempo e sei disso -, eu queria deixar o meu recado a todos, dizendo o seguinte: cada um de vocês pode individualmente fazer algo mais para a sociedade. Como a colega Ivete do DRT falou, nós pensamos que deficiente é só quem nasce com alguma deficiência física, mas existem deficientes na verdade que se tornam deficientes depois de algum tempo e ainda existem outras pessoas que se tornam deficientes temporariamente. Eu vou dar um exemplo: Se neste exato momento eu tropeçar e quebrar a minha perna, naqueles trinta dias em que eu ficar com a minha perna engessada, eu vou ser um deficiente físico. Mesmo que temporariamente eu sou um deficiente físico. Então quando tomamos atitudes na nossa vida, temos que tomar atitudes com base em nós mesmos, porque você poderá ser, mesmo que temporariamente, um deficiente físico no futuro. Para dar um exemplo aqui, nós reclamamos muito da parte arquitetônica das escolas, dos órgãos públicos, das empresas, das ruas, ou seja, no geral. Mas é muito comum vermos em Cuiabá, por exemplo, um Estado como o de Mato Grosso, com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

tanta terra livre para construirmos, as pessoas construirão sobrados. Olha, quando eu construí a minha casa, quando eu comprei a minha casa, eu a comprei com a intenção de morar nessa mesma casa até o fim da minha vida, de envelhecer junto com a minha esposa, junto com o meu filho naquela casa. Se eu construo uma casa de andar, por exemplo, quando eu tiver oitenta anos - e se Deus quiser eu vou ter oitenta anos um dia -, vai chegar o dia que eu vou ter que viver na parte de baixo da casa. Ou seja, nós construímos escadaria na nossa casa porque é mais bonita. Olha, construa uma rampa. Porque mesmo que você não tenha deficiente em casa, o seu filho de três, quatro anos pode vir correndo, tropeçar na escada, bater a boca e quebrar os dentes. Já ficou deficiente também. Então...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O seu tempo está se esgotando, Nilson. O senhor pode encerrar para não ficar no ar.

O SR. NILSON GOMES BEZERRA - Então, é o seguinte: nós cidadãos não colaboramos com isso. Não basta reclamar. Nós temos que agir. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação do Nilson

Convidamos o Sr. Agnaldo Garrido, Diretor de Promoção Social da PROSOL para usar da palavra.

Eu estou regulamentando o tempo porque nós temos nove pessoas inscritas. Eu tenho até às 17:00 horas para terminar a Audiência Pública.

Mas, antes, eu quero registrar aqui o ofício do Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso, encaminhado à OAB e uma cópia aqui para a Mesa, pedindo uma série de melhorias que, depois, eu vou pedir para o Carlinhos me passar uma cópia dele para eu possa também fazer encaminhamento.

Com a palavra, o Sr. Agnaldo Garrido.

O SR. AGNALDO GARRIDO - Boa-tarde a todos!

Em nome da Dr. Terezinha Maggi, eu venho agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo pelo convite. E como a nossa Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania descentraliza as ações, ela sabe que eu, enquanto Diretor de Promoção Social, tenho, junto com uma equipe da Assistência Social do Estado, buscado implementar as ações da política estadual do deficiente.

Em nome da sua fala emocionante, eu quero cumprimentar todos os movimentos sociais aqui presentes, que são sempre as mesmas pessoas, mas são pessoas que não relutam nenhum esforço para participarem de um ato tão importante como esse.

Eu quero também aproveitar o espaço para agradecer a uma professora que, toda vez que vou a algum lugar, está no auditório ou em outro local, quero dizer, Maria Ferreira, que eu sou um pouco ou muito do que você foi para mim.

Então, eu quero, em público, agradecer a minha professora de quando eu era uma pequena criança, pequeno homem eu sou, porque não estiquei muito.

Nós não vamos aqui alongar nas legislações, até porque o Carlinhos - desculpe chamá-lo de Carlinhos, eu sei que é Doutor, quero fazer uma fala bem informal, porque estamos transcendendo aqui quaisquer questões partidárias e intencionalidades... Nós estamos discutindo, com uma seriedade, uma Audiência Pública que trata de um segmento que já foi comprovado estatisticamente o alto índice de exclusão econômica social.

E naquilo que se refere ao mercado de trabalho, a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania tem tentado buscar junto com os seus próprios recursos e junto com o Sistema S a qualificação continua dos portadores de deficiência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Por outro lado, Carlinhos, nós sabemos - eu vou fazer um contraponto na sua fala como professor - que o sistema de cotas, apesar de ser ainda muito inerte na sociedade brasileira, é extremamente necessária. Por que ela é necessária? Porque num contingente desse, num oceano de portadores que não acessam a qualificação profissional, a requalificação profissional, a habilitação ou a reabilitação necessária para inserção no mercado de trabalho ou para autonomia de suas vidas ou ter o direito de cidadão, nós necessitamos, sim, de cotas para os portadores de deficiência. Por quê? Porque nem sempre - eu quero só complementar aqui - nós não precisamos passar o que o nosso cidadão passou e como eu, enquanto tio, tenho um sobrinho que está portando uma deficiência crônica, nos sentimos indignados quando não achamos a rampa ou quando não encontramos uma sociedade que receba esse segmento extremamente vulnerável na sociedade brasileira.

Nós temos que quebrar uma cultura, nem que essa cultura tenha que ser quebrada de uma forma ríspida, para que as pessoas comecem a conviver com as pessoas deficientes para que se acostumem. Não há uma cultura na sociedade brasileira no fluxo dessas pessoas transitando socialmente e de forma digna.

Eu digo isso como professor universitário. E sempre digo aos alunos: onde estão os portadores na sala de aula? Eu vou encontrar um em cada sala, e quando encontro em cada sala. Então, eu fico inquietando aqueles alunos o tempo todo na universidade, porque nós não podemos aceitar uma sala lotada de pessoas que ouvem, que enxergam, que têm porte físico para transitar livremente em todos os espaços escolares e nós não enxergamos o negro ou a pessoa idoso e, principalmente, o portador de necessidade.

A cota é extremamente necessária. Inclusive, eu quero aproveitar essa fala que é pequena, Deputado, para dizer que a sociedade precisa conhecer mais as responsabilidades de governo, quais as responsabilidades de governo. Às vezes, para que não façamos uma ação mais contundente àquelas pessoas excluídas, nós começamos a transferir responsabilidades ao Prefeito, ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa que não priorizou no orçamento do Governo do Estado, ao Estado. Então, nós começamos a transferir responsabilidades. E compete realmente ao Estado conduzir a política do deficiente. Por outro lado, também compete ao Estado co-financiar ações aos portadores de deficiência. Mas compete também ao Executivo Municipal organizar o seu sistema de atendimento, sua rede socioassistencial, para que as pessoas possam ter um atendimento digno dentro do seu município. Quando nós falamos: Onde você mora? Eu digo: Eu moro no Estado de Mato Grosso. Mas onde? Eu moro em Cuiabá. Então, eu tenho endereço certo, que é o Município de Cuiabá, seja Várzea Grande, seja Acorizal, etc. E pela Constituição Federal compete ao Estado descentralizar suas ações.

Enquanto Estado, nós não podemos fazer uma execução direta, mas mesmo assim a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania vem fomentando, buscando parcerias com a DRT, com o Ministério Público, principalmente com o SENAI FIEMTEC, promovendo curso de qualificação contínua aos portadores de deficiência. Isso é visível, considerando os números que nós temos. Fora isso, há uma preocupação da Secretária em também implementar ações de qualificação e requalificação em dez pólos do Estado de Mato Grosso.

Hoje, nós temos em parceria, com manutenção do Estado, os pólos de Barra do Garças, de Cáceres, de Cuiabá, de Juína, de Primavera do Leste, de Rondonópolis, de Sinop, de Sapezal, de Tangará da Serra e de Várzea Grande. São dez pólos que têm a obrigação de atender a uma determinação na qualificação contínua aos portadores de deficiência.

Eu não quero me alongar. Acho preferível as falas chegarem à Mesa para que a discussão fique acalorada. O último recurso que veio do FAT com obrigação de contrapartida do Estado, a Sr^a Terezinha - e aqui há pessoas aqui que participaram da reunião - disse: "O que nós vamos fazer com o recurso? O que nós vamos fazer, não. Nós vamos chamar novamente as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

associações das pessoas que representam os portadores de necessidades e vamos implementar as ações de qualificação.

Por outro lado, Deputado Humberto Bosaipo, Carlinhos, para este ano, quanto ao dinheiro da assistência social, além do que compete ao Estado de monitorar, de investir, de qualificar, de requalificar, a assistência social de todo o Estado de Mato Grosso, ao dinheiro do cofinanciamento, a Sr^a Terezinha Maggi disse que quando fôssemos à Comissão Intergestora Bipartite, que é o Estado sentando democraticamente junto com os representantes do Município, nós elegeríamos prioritariamente o segmento do portador e o segmento do idoso, considerando que historicamente o Governo Federal e o Governo do Estado não repassavam praticamente recurso aos portadores de deficiência. Havia uma ausência, uma lacuna, historicamente, comprovando um descaso com o segmento dos portadores. Foi lá que nós brigamos e pactuamos na CIB que os recursos do Estado, da assistência social do Estado, fossem prioritariamente destinados somente, porque senão não vai, somente aos portadores de deficiência do Estado de Mato Grosso e ao segmento do idoso, que é um segmento extremamente excluído. Então, todo dinheiro que o Estado tinha na assistência social foi repassado aos municípios, do Fundo do Estado para o Fundo Municipal, para atender à qualificação e à requalificação dos portadores de deficiência e dos idosos.

É uma ação historicamente na assistência inédita. Nunca a assistência social priorizou esse segmento da forma que o Estado priorizou, até porque, bem rapidamente, nós repassamos, o Governo Federal só repassa quinhentos e quarenta mil reais para os cento e quarenta e um municípios no que se refere a fortalecer a rede socioassistencial.

Nós tínhamos pouco recurso do Governo Federal, e a maioria dos municípios do Estado de Mato Grosso não tinha um centavo para atender nenhuma Pestalozzi, APAE ou outra associação filantrópica que faz parte da rede para fazer qualquer trabalho com o portador de necessidade especial.

O pouco que nós tínhamos foi priorizado por uma determinação, por uma sensibilidade, porque nós também nos debruçamos com números com um dos segmentos mais excluídos da sociedade.

Fechando a minha fala, infelizmente, pelo sistema que nós vivemos, sistema capitalista, em que nós não encontramos portadores na mídia, às vezes, escrita e falada, nós fomos educados, ao fazer a moda, ao utilizar a moda, nem que a saúde inverta a qualidade de vida da população, que até o silicone, hoje, parece que é vida saudável, vida feliz, mas eu gostaria de dizer que nós não aprendemos nada nesta vida sem a indignação. Quando nós nos indignarmos, quando a sociedade brasileira conseguir se indignar, se envergonhar como nós tratamos os nossos seres humanos, os nossos irmãos, aí, sim, nós provocaremos uma mudança.

E aí, Carlinhos, uma lei só bastaria, porque a lei é inerte até que a sociedade brasileira ou outra sociedade não se organize e não se revolucione no sentido da não-aceitação de uma desigualdade social que está instalada, envergonhando o país em nível mundial e que nós ainda achamos que qualquer lei complementar ou uma resolução pode melhorar a qualidade de vida humana.

Na verdade, o que nós precisamos neste país é nos qualificarmos, requalificarmos e olharmos, de forma incisiva, um olhar muito sério, muito técnico, mas muito verdadeiro, para dizer que desigualdades sociais são os homens que constroem no seu discurso ético, político e econômico, principalmente econômico.

Eu quero agradecer, Deputado Humberto Bosaipo, carinhosamente o convite. Eu, nessa fala assim muito mais professoral, por ser professor, talvez não tenha atendido o objetivo da fala, mas nós estamos com todos os dados aqui e quando as perguntas vierem à Mesa eu estou à disposição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero agradecer aqui, em nome da Dr^a Terezinha Maggi, a todos vocês, à Assembléia Legislativa, a todos representantes que compõem esta Mesa. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos, professor Agnaldo Garrido, e vamos ouvir Flávia Tereza do Nascimento, que é Coordenadora do Fórum das Entidades de Defesa dos Direitos dos Deficientes. É a última palestrante. Logo em seguida, nós vamos passar à fase dos debates.

A SR^a FLÁVIA TEREZA DO NASCIMENTO - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Humberto Bosaipo.

Primeiramente, agradecer a oportunidade de estarmos aqui, dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, discutindo os direitos do deficiente no Estado de Mato Grosso. Esta Sessão era para ter sido realizada no dia da semana, no dia 23 e a pedido do fórum foi transferida para o dia nacional de luta até para que possamos ter uma discussão mais ampla, pois o tema da semana foi políticas públicas, e hoje nós estamos aqui para colocar toda situação como que foi a discussão. Enfim, agradecer a Assembléia, ao Deputado Humberto Bosaipo pela iniciativa.

O fórum de defesa da pessoa com deficiência foi reativado no ano de 2003, na semana da pessoa com deficiência. Estou usando aqui o termo pessoa com deficiência que é a terminologia mais utilizada hoje. Apesar de ser uma polêmica, vemos ainda portadora de deficiência, pessoas com necessidades especiais. Mas o ACORDE, junto com CONADE, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência reuniram, não sei exatamente a data, mas o termo mais utilizado em consenso são pessoas com deficiência, apesar de não estar juridicamente intitulado como pessoa portadora de deficiência. Mas usaremos pessoa com deficiência.

O fórum começou as suas reuniões no ano de 2003, as reuniões são na sede da APAE de Cuiabá, cedida pela Diretora Eliane, que está aqui, juntamente com a Presidente na época, Luzia, que nos cedeu esse espaço para que as reuniões pudessem estar sendo lá. As reuniões são mensais, contamos com a participação de várias instituições que hoje estão aqui presentes, como a AMDE, o Instituto dos Cegos, a Associação dos Cegos, escolas. Enfim, são várias. Eu não quero esquecer ninguém. E temos parceiros como o Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa, a PROSOL, que sempre está nos acompanhando. Nós estamos a cada dia nessa luta, batalhando. É a Semana do Deficiente, é o Dia Nacional de Luta e várias situações que durante o ano todo temos para reivindicarmos em defesa da pessoa.

Vamos falar sobre a Semana da Pessoa com Deficiência, que foi comemorado nos dias 22 e 23 de agosto, onde discutimos as políticas públicas.

Por que o tema políticas públicas? A nossa família, o fórum, como assim dizemos, o nosso grupo que trabalha em prol dessa causa, reuniu e decidiu que as políticas públicas não são voltadas para as pessoas com deficiência. Então, surgiu essa idéia de discutir em cada política o que está sendo feito para as pessoas com deficiência no âmbito da assistência social, da saúde, do transporte, do mercado de trabalho, da educação, da cultura, do turismo, do esporte, do lazer e da sensibilidade. Foram esses temas que nós trabalhamos. Contamos com a participação de pessoas que trabalham diretamente com a causa, com gestores. Aqui temos o Professor Agnaldo, que esteve conosco no painel de assistência. A Ivete, que esteve conosco no painel do mercado de trabalho, um brilhante painel. Enfim, tivemos dois dias bons, proveitosos. O Prefeito esteve presente, os Secretários. E nós sentimos um apoio muito forte por parte dos nossos gestores, que assinalaram que estão parceiros, que estarão conosco nessa luta diária. E nós ficamos muito satisfeitos com isso. É uma luta que sempre pedimos. Quando estamos reivindicando alguma coisa nós colocamos que queremos estar juntos nas discussões. Quando for discutir transporte, nós queremos estar presentes porque conhecemos o que as pessoas que trabalhamos no dia-a-dia precisam, e não somente...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Sai aí um estatuto, não é Carlinhos, sai uma lei que nem sequer nos perguntaram: Olha, é assim mesmo? É assim que nós vamos estar quebrando essa barreira, a sensibilidade na educação, transporte? Como é que nós vamos atingir, de fato, como vamos quebrar essas barreiras?

Nós sabemos que nem sempre vem nos perguntar: Como é que vocês precisam? Como é que vocês vão se sentir cidadãos de fato? Porque nós sabemos que as pessoas com deficiência têm dificuldade até ao sair de casa. Para sair de casa, hoje, ele já não tem acesso, quanto mais chegar ao banco de uma faculdade.

Nós temos uma parcela muito pequena de pessoas que chegam a um bom emprego, a uma faculdade, enfim, que se destaca, porque as dificuldades que elas encontram são básicas.

Hoje, nós éramos para estar aqui discutindo células-tronco, temas muito mais avançados, mas não, nós estamos discutindo o que aqui? Ser cidadão, ter educação, ter saúde, ter transporte, porque sem o transporte você não sai de casa para fazer nenhuma dessas outras coisas, ter a sensibilidade, ter direito a um lazer que muitos aqui nem sabem o que é isso. O que é lazer? O que é ir a um clube? Não é, Carlinhos, como você estava colocando no início. O que é ir a um clube? Tem muitas pessoas aqui que nem sabem o que é isso.

Eu como Assistente Social da AMDE, em minhas avaliações, em minhas entrevistas, isso é uma questão que muitas pessoas não tem acesso, isso é luxo, enquanto ela deveria ter isso como o dia-a-dia, como rotina, faz parte da vida do ser humano.

Então, nós queremos avançar, já avançamos muito, mas ainda estamos lutando para que as leis sejam efetivadas, porque elas estão no papel, mas não funcionam, e nós sabemos disso. E o fórum é para isso, é para defender e estar lutando por esses direitos.

Nós sabemos que não temos nenhum poder judicial, nós temos uma articulação política, isso é o fórum, nos reunimos, mas estamos aí, enquanto não sai o Conselho. O Conselho, nós estamos aí há um ano com esse processo parado na PGE. Nossos membros estão aqui de prova e sabem que esse processo está parado - falta de vontade política. Quero até referendar a iniciativa do Deputado Humberto Bosaipo. Ele iniciou essa implantação do conselho e o fórum está aí. Nós não esquecemos disso, não; nós estamos sempre procurando saber como está, mas nós estamos sem força.

E, até um gancho no conselho, nós queremos justificar a ausência do Presidente da Associação Mato-grossense de Deficientes, o Mário Lúcio, Vereador por Cuiabá. Ele não está aqui hoje por motivos pessoais, mas ele não esqueceu da data. Eu, como membro do fórum, e os demais membros que estão aqui sabemos o quanto o nosso Vereador luta em prol da causa. Quero justificar que ele está, sim, como parceiro na nossa luta...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Seu tempo acabou.

A SR^a FLÁVIA TEREZA DO NASCIMENTO - Enfim, pedimos a parceria da Assembléia Legislativa, da OAB, da PROSOL e de todos aqui presentes para que possamos nos ajudar nesse sentido. A criação do conselho municipal, o prefeito já nos assinalou que vai sair. Se depender da vontade dele, vai sair. Esperamos que sim. Estaremos em discussão, no dia 19 de novembro, através da 1^a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Mas, como não temos o conselho, nós vamos fazer um fórum em preparação para a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que vai se realizar em Brasília - não sabemos ainda o mês, estamos em processo de mudança, mas acho que está programado para abril. Não é, Geni? Mas não está certo. Só sabemos que vai ser no 1^o semestre de 2006. Nós de Cuiabá e Mato Grosso já estamos nos preparando para participar dessa 1^a Conferência Nacional. Se Deus quiser, nós vamos estar lá, porque será um momento ímpar na nossa luta. Não podemos deixar de participar. Pedimos a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

colaboração de todos, e o fórum está aí, está aberto para todos que quiserem participar. Eu agradeço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação da Dr^a Flávia.

Agora, nós vamos passar aos quesitos, às pessoas que estão inscritas.

Eu gostaria que esse microfone ficasse lá embaixo. Qual vai ser o procedimento? Nós vamos passar a palavra para que as pessoas perguntem à Mesa. As perguntas serão feitas à Mesa. A Mesa anota. A pessoa interessada pergunta e depois nós responderemos. Faremos primeiro as perguntas.

Vamos começar com o Sr. Adejair Moreira Santos.

O SR. ADEJAIR MOREIRA SANTOS -Boa-tarde Senhores e Senhoras!

Eu sou Adejair. Eu sou estudante do Curso de Filosofia, quarto ano, na Federal do Estado de Mato Grosso, funcionário público estadual de educação e Vice-Presidente da União Estadual dos Estudantes do 3º Grau.

Eu gostaria de fazer um comentário e após uma pergunta.

Eu acredito que a educação, em um processo democrático, ainda é a oportunidade, em um país com a diversidade que existe, de fazer com que as pessoas tenham acesso realmente a um processo político que a democracia permite. Eu sou estudioso de Montesquieu, Espírito das Leis. Como ele defende a democracia, eu também defendo, porque eu acredito que é um processo que faz com que as pessoas tenham acesso ao que a democracia permite.

Agora, eu trago também uma reflexão das leis. Um país que tem muitas leis, mas elas não são executadas, não há necessidade de leis. Então, elas têm que ser executadas. Aí eu trago a problemática de como as políticas voltadas para os portadores de necessidades especiais; aqui eu trago a reflexão dos portadores do chamado nanismo, que o Governo, na chamada politicamente correta, chama de prejudicado verticalmente, quais são essas políticas que estão voltadas para os portadores do nanismo? Companheiros, o acesso dessas pessoas à educação é pouca, é baixíssima. São poucos que conseguem ter acesso à educação. O preconceito a essas pessoas é muito grande.

Aqui eu trago uma reflexão aos representantes dos movimentos sociais que defendem os portadores de necessidades especiais: É preciso olhar com carinho para essas pessoas. Foucault, estudioso do corpo traz essa reflexão. O portador de necessidades especiais, eu trago a problemática também, eu prefiro falar portador de necessidades especiais, é uma preferência minha, em especial o nanismo é usado pela sua postura do corpo, como Foucault diria, de uma forma ainda muito debochada.

Então, é necessário que os movimentos sociais também traga essa problemática e faça com que essas pessoas tenham avanços.

Outra reflexão que eu também trago aqui: O ônibus que está sendo usado hoje, lá fora, os portadores de necessidades especiais do nanismo não conseguem colocar o seu cartão para que faça a leitura.

Eu não sei se os defensores dos movimentos voltados para os portadores de necessidades especiais acompanharam esse processo.

Eu até peço que, realmente, olhem novamente isso, porque tem pessoas que não estão conseguindo fazer a leitura.

Enfim, eu trago a problemática nessa questão e a minha pergunta é: Quais são as políticas voltadas para os portadores de necessidades especiais, em especial o nanismo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos ao Adjair.

E a Mesa, as pessoas depois vão anotando... Nós vamos fazer todas as perguntas, porque, senão, não conseguimos, já como experiência de Audiência, andar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Passamos a palavra para a Simone dos Santos fazer a sua pergunta.

A SR^a SIMONE DOS SANTOS - Boa-tarde a todos! Boa-tarde ao Deputado Humberto Bosaipo e a todos os componentes da Mesa.

Eu, como todos vêem, não sou portadora de deficiência física, mas faço um trabalho voluntário para as pessoas que vem do interior com esse problema e encontram muitas dificuldades.

Eu vim aqui, hoje, para fazer pergunta para representante da Secretaria de Estado de Saúde, mas como não está; para representantes do Centro de Reabilitação, mas também não está.

Então, eu falo que é muito fácil você chegar até o SUS e o médico amputar a sua perna, mas é difícil para uma pessoa que se torna um portador de deficiência física ter a sua prótese, o seu direito, é um descaso que está acontecendo em Mato Grosso nesse ponto de deficiência física, tanto para as pessoas que vão receber um aparelho auditivo, para uma criança, para um adulto, é um descaso, até mesmo a falta de um bom atendimento, de pessoas estar trabalhando e vendo essas pessoas como ser humano. As pessoas que atendem nessas instituições têm que ter mais amor pelo trabalho, mais dedicação com essas pessoas, porque, muitas vezes, nós vemos o descaso pela pessoa que é o deficiente físico.

Então, muitas vezes, tem criança que tem problema de audição na escola no interior, viaja mil quilômetros, chega aqui, e eles falam para voltar daqui a um ano porque não tem vaga. Vem uma pessoa com deficiência, como aconteceu na semana passada, eu trouxe um paciente faltando uma perna, perdeu porque tem diabetes - e à maioria dos diabéticos acontece isso, pela perda da sensibilidade -, chegou até o Centro de Reabilitação que falou, simplesmente: "Volte daqui a um ano, porque não temos vaga, a fila está enorme e nós não podemos atender.

Onde está o dinheiro para essas entregas de próteses, de cadeiras de rodas? Há crianças que há dois anos esperam e não tem. Há crianças que esperam há três anos, e não tem, e ainda tem uma fila de milhares de pessoas. Eu quero saber como está essa situação para melhoria de atendimento para essas pessoas? Como todos falaram, qualquer um de nós podemos precisar no futuro e vamos passar por todos esses transtornos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a Simone e nós vamos encaminhar cópia dessas falas para as autoridades competentes. Nós vamos cobrar.

Vamos passar a ouvir agora a Sebastiana Áurea Leite, funcionária da SINFRA, Secretaria de Infra-Estrutura.

A SR^a SEBASTIANA ÁUREA LEITE - Deputado Humberto Bosaipo, boa-tarde!

Eu gostaria de esclarecer, falando sobre transporte, sobre o projeto BusCar. Surgiu esse projeto BusCar. Eu sou deficiente de cadeira de rodas, dependo muito do BusCar para trabalhar. Sou funcionária da SINFRA. Para mim é útil usar o BusCar. Mas só que foi um trabalho assim - como posso me expressar? - curto, porque tem milhões de deficientes que são cadastrados e o transporte é pouco. Eu queria ver com o senhor como poderia ficar esse trajeto porque... Como que eu posso dizer?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Melhorar esse projeto? Ampliar? Melhorar? Aumentar?

A SR^a SEBASTIANA ÁUREA LEITE - Vamos supor, como que a SMTU cadastra dois mil deficientes, se o transporte BusCar tem só dez viaturas e não dá para atender todos? É só uma dúvida que eu tenho que gostaria que fosse esclarecida. E tem muitas pessoas deficientes que nem conhecem o projeto BusCar que me procuram. Eu simplesmente passo o telefone da SMTU. É sobre isso.

Eu não tenho o que reclamar do projeto. Eu estudo, trabalho. O ir e vir para mim não falha. Quando falha é porque houve algum problema. Muito obrigada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós vamos ouvir a Sr^a Vera Carvalho, Presidente da ONG Cidadania Divina Luz.

A SR^a VERA CARVALHO - Boa-tarde a todos aqui presentes!

Em nome do Deputado Humberto Bosaipo. eu desejo uma boa-tarde a todos os que estão na Mesa.

Eu não estou aqui para fazer uma pergunta, mas para incentivar o que está acontecendo neste momento. É um momento único que jamais acontecerá novamente.

Eu sou Presidente da ONG Divina Luz, que surgiu aqui em Mato Grosso como Sala de Recursos Divina Luz, em homenagem à irmã do CEMA - Centro Educacional Maria Auxiliadora.

Há dez anos eu cheguei em Mato Grosso. Professora que sou de crianças especiais, não separo nenhum tipo de deficiência. Eu acredito que todos nós temos o direito de ir à escola, que é através da educação que acontecerão mudanças sociais. Nós acreditamos nisso, batalhamos por isso. E estamos aqui pedindo, Deputado, o senhor que é nosso legítimo representante na Assembléia Legislativa, que, realmente, dê uma força para que esse conselho se legitime.

Eu quero compartilhar com todos uma coisa boa que nos aconteceu. Nós concorremos ao Prêmio Itaú UNICEF, que acontece de dois em dois anos, e ao Projeto Lições de Cidadania, que é este momento que nós estamos vivendo, que foi escolhido para representar a Região Centro-Oeste na semifinal nacional.

Outra coisa, todos nós aqui temos sonhos. Como o senhor teve um sonho que o seu filho seria de um tipo e nasceu com o problema da espinha bífida. Eu quero lhe dizer uma coisa: Viva esse momento, porque ele é maravilhoso.

Eu fui professora do filho da Presidente da IBMT, que eu ajudei a fundar. Não sei se o senhor se lembra de mim. Aos quatro aninhos, ele estava numa escola, onde todo mundo era dito normal e ele se arrastava. Eu cheguei na sala e disse para as outras professoras: Vamos levar as crianças para fora porque vai chover. Naquele momento, começou a chover e eu disse: Não vai dar não, porque está chovendo. E o Luciano disse: “Tia Vera, deixa eu ver a chuva?” E eu o peguei, porque ele só se arrastava no chão e levantei-o para ver a chuva lá fora, olhar o mundo lá fora. E, naquele momento, eu o tratei como todas as outras crianças. Quando eu o larguei, larguei como se ele fosse uma criança normal no chão. E os outros também queriam ver a chuva lá fora, e eu fui erguendo. De repente, eu olhei, o Luciano estava de pé, aos quatro anos de idade. Hoje, ele tem 20 anos. E o Luciano caminhou. Então, o que os pais precisam é não tratar os filhos como coitadinhos, porque ninguém aqui é coitadinho. Todos nós somos capazes. E outra coisa que eu falo para os pais: se o meu filho nasceu com problema, eu tenho que prepará-lo para a vida, não interessa se ele vai aprender a ler ou escrever, ele precisa disso para sobreviver também, mas tem que incentivá-lo que ele consegue chegar lá. E eu provo para todos vocês que cego, que surdo, que deficiente físico, todos nós podemos conviver no mesmo ambiente - tenho muita fita gravada para quem quiser assistir ou ver - porque todos nós somos especiais.

Este momento que todos estão aqui é muito especial, porque nós estamos lutando por direitos sociais nossos, e nós temos direito.

Por isso, Deputado Humberto Bosaipo, em nome de todas as entidades aqui, representando o momento desta Audiência, eu peço: dá uma força, porque o senhor não está aí sozinho, está aí porque muitas pessoas o colocaram aí.

Então, dá uma força para todo fórum, para se criar, realmente, políticas públicas.

E a todos que acreditamos no nosso sonho e que viemos sempre participar, era isso que eu queria dizer a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu quero agradecer e convidar a professora Vera Carvalho para fazer uma palestra na nossa televisão, televisão da Assembléia, exatamente sobre esse tema, e também o companheiro Nilson, que são dois testemunhos que eu gostaria que a sociedade visse. E nós vamos agendar com vocês uma palestra na nossa televisão.

Vamos ouvir a Maria Inês Roberto Carvalho, da Associação ASPEN.

A SR^a MARIA INÊS ROBERTO CARVALHO - Boa-tarde.

Todo mundo conhece APAE, AMDE, Instituto dos Cegos, conhecem a todos. Mas nós, portadores de esclerose múltipla, a minoria nem sabe o que vem a ser a doença esclerose múltipla. Ela é uma doença que não tem cura, uma doença degenerativa, o fim nosso é eterno, que dizer, nós sofremos muito. Nosso Estado tem cinquenta e cinco portadores, entre Cuiabá e Várzea Grande e nas cidades vizinhas também.

Quando nossa associação se tornou, no ano de 2002 - a Nossa associação chama ASPEM - estadual, foi o Deputado Humberto Bosaipo o autor da associação se tornar estadual. Quando se tornou, agora no ano de 2003, municipal, foi através do Vereador Luis Marinho, que nos amparou, nos ajudou a tornar municipal. Mesmo... Eu falo muito mal, sou semi-surda, não escuto nada e a minha voz saí muito difícil. Eu sou Presidente da Associação há cinco anos e estou com a doença há vinte anos. Uma doença que não tem cura, ela é degenerativa.

Então, minha luta é muito grande e árdua, por causa da doença não dá força para vencermos a nossa jornada. Ela é muito sofrida, todos portadores conhecem... Assim, APAE, AMDE todo mundo conhecem, mas a ASPEM ninguém conhece. No jornal, a minoria conhece o que é ASPEM. É uma doença degenerativa, surda, cega, cadeira de rodas, tudo nós temos em nossa associação. Para nós portadores, é muito delicado e muito difícil para vencermos nossa jornada.

Não temos nem sede ainda. No ano passado, quando foi dia 30 de agosto, que é o Dia Nacional da Esclerose Múltipla, nós tivemos uma sala, o Governador deu uma sala para nós. No ano passado. Quando foi este ano, dia 30, agora, eu consegui montar a sala. É uma mini-sala. Eu consegui colocar um ar-condicionado, um ventilador, um bebedouro e também cadeiras para podermos fazer as nossas reuniões mensais. Nossas reuniões são feitas nessa salinha doada pelo Governador. Os móveis que nós temos foram doadas através de reivindicações a órgãos. Nós fizemos ofício para reivindicar e ganhar alguma coisa para montarmos a nossa salinha e fazermos nossos encontros mensais nessa salinha. Porque até então era na minha residência. Aqui tem o meu endereço. Era na minha residência. Agora, eu ganhei essa salinha e ela está lá montada, através do meu sacrifício e luta. Eu consegui montar e divulgar a doença no nosso Estado. Porque é muito doído para nós também. Para todos os deficientes é difícil. Muito mesmo. Mas para nós é pior, porque nós temos surdos de uma vez, temos cegos, aqui está a Rosa Maria, do Instituto dos Cegos. Ela é portadora de esclerose múltipla e cega também. De cadeira de rodas nós temos muitas pessoas, que não andam de jeito nenhum, que ficam na cama. Essa é a minha luta por todos os portadores do nosso Estado e das cidades vizinhas.

Quer dizer, é muito difícil para nós lutarmos. Por exemplo, eu estou com a doença há vinte anos e luto há cinco anos por todos os portadores, porque eles são a minha família. Os portadores são minha família. Por exemplo, a PROSOL nos convidou um dia para fazer uma palestra, mas eu não escuto nada. Como eu vou fazer. Não escutando, como eu iria transmitir às pessoas o que é a doença que nós temos. Ela é complicada. Ela é degenerativa e somente um neurologista pode nos ajudar com relação a tudo.

O Governo Estadual nos fornece a medicação, que é muito cara. O Governo Federal também. Só que, de vez em quando, eu estou correndo atrás de medicação para nós porque é complicado. Nós temos um surto da doença. Hoje, eu posso estar aqui falando para vocês, mas eu nem queria vir à reunião porque eu estava muito cansada, muito estressada, correndo atrás de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

medicação. Eu estou desde segunda-feira correndo atrás de medicação. É muito difícil para nós, portadores. Toda patologia eu sei que é difícil, mas essa esclerose múltipla, que ninguém conhece, é pior ainda. É muito delicada e complicada.

O que eu tinha para falar era isso. A deficiência não é boa para ninguém, mas a patologia de esclerose múltipla é um pouco pior. O que eu tenho para passar a vocês é o seguinte: Não é fácil vivermos com essa doença e correndo atrás das coisas, correndo mesmo. Porque eu corro há cinco anos, pedindo pela Associação.

Eu tenho que agradecer a vocês, ao Deputado aqui presente. Eu tenho a honra de agradecer ao senhor por tornar a nossa Associação Estadual. No ano passado tornou-se municipal. Eu fico feliz por isso. E por estar aqui hoje na presença de todos os advogados que estão aqui da OAB. Só que eu tenho muita reivindicação, nós precisamos de muita coisa mesmo, só que não estou agüentando mais correr atrás, dando murro em ponta de faca, usando a palavra mais correta para vocês entenderem.

Eu fui artista plástica e, hoje, sou uma pessoa que não consigo nem falar, não escrevo mais, alguém escreve para mim e só assino. É uma doença degenerativa, vou só acabando.

Meu muito obrigado. As minhas palavras saíram muito mal. Eu fui artista plástica e hoje sou uma pessoa que falo muito mal, porque não consigo mais ouvir. Como falar, se não tem como. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Parabéns para a Maria Inês. Nós, certamente, vamos ajudar a ASPEN.

Vamos ouvir o nosso querido Advogado Dr. Ângelo Alberto Santos.

O SR. ÂNGELO ALBERTO SANTOS - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu quero parabenizar a brilhante iniciativa do nosso querido Deputado Humberto Bosaipo e cumprimentar todos os componentes da Mesa.

Gostaria de dizer que é uma imensa satisfação de estar num momento como este, onde todos estão imbuídos em busca de uma melhoria para a qualidade de vida dos portadores de deficiência.

Quero aqui registrar, também, uma questão que cabe uma grande reflexão às autoridades aqui presentes, especialmente ao nosso Deputado que, com certeza, estará intervindo em nosso favor: Nós temos uma lei onde dá o direito de pessoas portadoras de deficiência adquirir um veículo para a sua locomoção, isto para os físicos e as outras classificações. Só que, no entanto, está sendo reconhecida apenas a aquisição de veículo, a isenção de aquisição de veículos para os físicos.

Nós entendemos que os físicos merecem, realmente, esse abatimento de impostos, mas os outros também, como a lei já contempla... Gostaria de dirigir a minha pergunta e pedir ao nosso querido Professor Agnaldo de levar para nós essa reivindicação para a nossa primeira-dama para que seja inclusa na Secretaria Fazendária essa alusão ao abatimento de impostos, porque até então existe a legislação. Quando os deficientes montam um processo para habilitação da concessão deste benefício, termina sempre negado. Nós temos indeferimentos, temos alguns deficientes que já ingressaram com mandado de segurança, foi provido, ou seja, a justiça entendeu sendo legítimo o pedido e concedeu. Só que eu entendo que essa luta não é necessária, porque nós temos um Governo tão comprometido com a causa social e a nossa Primeira-dama também. Eu quero entender assim, que ela não tem conhecimento dessa questão ainda. Por isso eu conclamo o Deputado, o representante da 1ª dama para que propiciem esse momento para nós sentarmos com o Governador e discutir. Porque nós temos crianças que, se de repente as mães conseguissem esse benefício, teriam mais qualidade de vida, assim como os deficientes obesos. Ouviu, Dr. Mário? Quero que entendamos que essa reivindicação não é uma questão de privilégio, não; é para facilitar a qualidade de vida de todos, que é um direito que já está constitucionalizado. Parabéns ao nosso Poder

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Legislativo que tem entendido que isso é uma forma de melhoria de qualidade de vida. Meu muito obrigado a todos e sucesso a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos agradecer ao Dr. Ângelo e informá-lo que na audiência que vamos propor ao Exmº Sr. Governador para tratar do nosso conselho estadual, objeto da discussão, nós vamos tratar da ampliação do IPVA, da adaptação estadual a lei federal. Então, o Dr. Ângelo vai ser convidado para essa reunião, assim que conseguirmos agenda com o Governador.

Vamos ouvir o Sr. Luís Carlos Grace.

O SR. LUÍS CARLOS GRACE - Boa-tarde a todos. Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da minha colega Deusêni Fêlix, do Marcino, do Carlinhos e do nosso querido guerreiro Humberto Bosaipo. Nós estamos de olho no senhor.

Na luta em Estado de Mato Grosso pelas conquistas sociais e garantias de direitos para as pessoas com deficiência, se nós olharmos o passado, nós já progredimos bastante. Nós temos que nos lembrar sempre de uma frase que diz “as grandes proezas da história vieram de conquistas que pareciam ser impossíveis”. E nós estamos nesse avanço passo-a-passo. É claro que não podemos acomodar. E você em uma sociedade em todo mundo está tentando conseguir seu espaço, e num mundo competitivo como o nosso não é fácil.

Mas há uma coisa com a qual fiquei um pouco triste, pode se dizer, enquanto movimento nosso: o nosso conselho estadual que era uma reivindicação, que era uma conquista, que era um sonho nosso, foi vetado pelo Governador, e a Assembléia Legislativa como um todo não se impôs. Como foi um projeto apresentado por um Deputado, a Assembléia Legislativa deveria se impor, propondo ao Governador que esse era um projeto importante, de suma importância social, acompanhando um projeto nacional, que é de um conselho nacional, de uma coordenadoria nacional. Inclusive, eu já propus ao Governador, em conversa com ele, uma Secretaria Especial, uma Coordenadora Especial, no âmbito da Casa Civil, para que junto com o Conselho ela possa estar formatando, escrevendo, legislando de uma forma regulamentada, onde venha a amparar toda política estadual de deficientes, determinando aos municípios, ajudando, esclarecendo a eles, fazendo com que essa política seja, de fato, efetivada. Mas ela precisa também ser escrita, ela precisa também ficar legislada, tornando-se uma política de Estado e não uma política de um Governador ou, muitas vezes, de uma pessoa de boa vontade, de um Deputado ou de uma pessoa que ocupa um cargo no Governo. Ela precisa ser uma política de Estado, de direito. Para isso ela precisa da força não só dos movimentos sociais, mas, também que os Poderes constituídos se sintam na obrigação de garantir, especialmente nessa contradição do Estado, que os mais fracos possam ter garantidos seus direitos. É o mínimo que se pode fazer.

Nós queremos que o senhor seja o nosso intermediador junto ao Poder Legislativo, mas que o Poder Legislativo como um todo se sinta responsável por isso. Não só o senhor. Que o senhor seja o nosso canal e, junto ao Governador, nos intermediar para que tenhamos não só esse Conselho mas, também, um órgão específico que possa deliberar sobre essa política e ajudar, juntamente como os movimentos, a escrevê-la e fazer com ela se torne de fato uma política de Estado no Estado de Mato Grosso. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos agradecer ao Luisinho e dizer que esse Projeto, na verdade, está sendo rediscutido na Procuradoria-Geral do Estado. É uma iniciativa do Estado, do Poder Executivo. E, certamente, quando o Projeto, que deverá chegar brevemente na Assembléia Legislativa porque nós vamos conversar com o Governador sobre isso, com a presença de vocês, nós vamos propor a criação dessa Coordenadoria, que é uma excelente idéia.

Vamos ouvir o Sr. Jackson Mercado Freitas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. JACKSON MERCADO FREITAS - Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Deputado Humberto Bosaipo.

Eu quero ser breve. A pergunta que eu quero fazer é direta ao Deputado Humberto Bosaipo. Esse evento que está sendo realizado, aqui, poderia ter sido realizado há mais tempo. Por que ele não foi realizado há mais tempo, ou seja, antes, muito antes?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Na verdade, talvez, até pela falta de união de vocês mesmo, porque vocês têm tantos segmentos que nós ficamos sem saber por onde começar. É por isso que vamos criar o Conselho para acabar com toda essa confusão.

Vamos ouvir o Dr. Antônio Carlos Roque, Vice-Presidente do Tribunal de Prerrogativas da OAB.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ROQUE - Boa-tarde, Deputado Humberto Bosaipo.

Eu quero primeiro enaltecer a atitude que Vossa Excelência tem tomado de usar esta Casa com a finalidade a que ela se destina.

Vossa Excelência já é merecedor da minha admiração por fatores que ultrapassam o seu mandato Legislativo, e Vossa Excelência sabe disso.

Ao meu amigo Carlinhos, que eu tenho uma profunda admiração pela sua luta incansável pela defesa dos direitos dos deficientes.

Em nome do meu brilhante aluno Nilson, cumprimento os demais alunos que estão aqui; cumprimento também os demais componentes da Mesa; os senhores e as senhoras.

Na realidade, é um comentário, alguns pedidos e uma pergunta.

O comentário é que, efetivamente, as coisas acontecem no seu devido tempo, e que, lamentavelmente, nós vivemos num país onde temos uma constituição formal que nos garante uma série de direitos, mas vivemos uma ditadura material que nos subtrai esses direitos.

As políticas públicas neste país, realmente, são risíveis, fazem-se grandes planos para acabar com uma série de coisas, mas, a cada esquina, nós vemos que aquilo que tinha sido prometido, na realidade, está se multiplicando.

Louvo, efetivamente, essa iniciativa enquanto deficiente que sou, sou surdo, metade das palavras que disseram, aqui, eu não entendi por um problema que, lamentavelmente, me atinge e que a tecnologia não consegue superar.

Recentemente, tivemos uma outra Audiência Pública falando a respeito do desarmamento e eu também perdi metade das falas das pessoas. Então, a exclusão social do surdo é uma coisa impressionante, não diminuindo a dos outros deficientes, porque nós sabemos que a coisa às vezes é muito mais alarmante. Mas, senhores, esse estado de coisa tem que mudar, efetivamente tem que mudar.

Eu acho que esse tipo de encontro, humilde, singelo, mas de uma significância muito grande, e que nós devemos multiplicar, em cada lugar, em cada região, nos reunir com aqueles que precisam, porque efetivamente nós somos excluídos e nós só conseguimos infelizmente abrir espaço por meio do cotovelo. A linguagem, vamos dizer assim, do convencimento pacífico, às vezes, não funciona. Nós temos que gritar efetivamente, praticar uma violência, porque efetivamente somos violentados todos os dias.

Então, senhores o que eu pediria ao nobre Deputado, Presidente da Mesa, é que fizesse gestões efetivamente junto a Bancada Federal, para que a legislação neste país modificasse. Por exemplo, se eu compro um aparelho não tenho o direito sequer de abater no imposto de renda. Ainda sou tributado, nesse país de miseráveis sou tributado porque sou deficiente. Eu já recorri inclusive à Justiça Federal e infelizmente não tenho esse direito. Ganho em 1ª instância e perco em 2ª instância. Sabe, é a lei. Ora, mudemos a lei!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, Deputado, faço esse pedido. Faço pedido também, e vou falar em nome dos deficientes auditivos, que isente de impostos as televisões que tem o sistema *closed caption* que nós podemos ler. A exemplo do que fazem acertadamente com aqueles deficientes que tem seus carros que precisam... Por que não oferecer para essas pessoas? E também é preciso ter uma lei que obrigue todas as emissoras de televisão a ter aquela tarja preta com letreiros para que as pessoas pudessem ler. Esse é um caminho talvez.

Queria, por fim, sei que já vai longe a conversa, fazer uma pergunta à Mesa, mais especificamente ao representante do Governo do Estado, para saber quais são as demandas, se o Governo do Estado sabe quais são as demandas dos deficientes físicos, locomotores, dos cegos, dos surdos e mudos e quanto é destinado dentro do orçamento para cada um e qual é a destinação per capita para essas pessoas.

Eu pediria por fim, Deputado, que no momento em que se for discutir o orçamento que chamasse todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço a participação do Dr. Roque.

Por último, vamos ouvir o Sr. Walmir de Souza.

O SR. WALMIR DE SOUZA - Boa-tarde a todos da Mesa, a todos os deficientes!

Eu vou falar sobre os ônibus. Foi tirado o terminal. Eu não achei errado tirarem o terminal. O que eu acho errado é hoje o ônibus passar em uma rua, amanhã ele passar em outra rua e não são todos os ônibus. Eu estou enfrentando essa deficiência e acho que todos os cegos estão enfrentando essa deficiência também. Eu acho que o certo seria fazer um ponto no centro, pelo qual todos os ônibus passassem para termos menos dificuldades.

A minha pergunta ao Deputado: por que não foi feito isso desde o primeiro dia em que foi tirado o terminal? Cada dia o ônibus está passando em uma rua e nós ficamos igual palhaço esperando, achando que o ônibus vai passar e ele não passa.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito obrigado.

Eu quero informar ao Walmir que está me esperando, no meu gabinete, o Sr. Emanuel Pinheiro, que cuida dessa área, e vou falar diretamente dessa reivindicação para ele. Ele já está no meu gabinete.

Eu convido a Dr^a Geni Catarina Lopes, que é do Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa, para responder uma pergunta que foi feita.

Poder ser daí mesmo, Geni.

Eu agradeço a sua participação.

A SR^a GENI CATARINA LOPES - Boa-tarde a todos e a todas!

Quanto à questão que a Simone apontou é uma situação muito grave realmente. Hoje, inclusive, o nosso Diretor não pode estar aqui presente porque nós estamos com a presença do Ministério da Saúde. Hoje, nós somos o único Estado que conseguiu descentralizar o serviço de reabilitação. Nós temos, hoje, oitenta e seis unidades de reabilitação no Estado que têm um aspecto favorável, Simone, mas, por outro lado, tem um aspecto não muito favorável. Por quê? A partir do momento que você descentraliza serviço, que leva o serviço de reabilitação mais próximo do cidadão, vai levantar muita demanda. Então, o que acontece? Hoje, a demanda do Estado, na área da saúde para a questão da deficiência é muito alta. E aí o que acontece? Nós, por exemplo, fazemos o serviço conforme o cadastramento do Ministério da Saúde. Nós temos cota de procedimento ao mês. Então, nós só podemos realizar, vamos supor, cem concessão de prótese auditivas, são duzentas, aliás, são cem pessoas, mas a maioria são bilaterais, são dois aparelhinhos. Então, nós só podemos atender cem pessoas ao mês, é a nossa cota, porque são procedimentos considerados APAC - Autorização de Procedimentos de Alto Custo, são dois mil e oitocentos, dois mil e quatrocentos cada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

prótese, e que a pessoa precisa, aquelas exigências, até muitas vezes em que o usuário acaba reclamando porque exige CPF, RG, tudo para o cadastro.

A compra, também, nós tentamos até um acórdão com o Tribunal de Contas, porque o processo de compra é muito lento. Então, muitas vezes, vamos supor, essa situação que você colocou, você conseguiu colocar uma unidade de reabilitação, vamos supor, Confresa, Vila Rica, Vale de São Domingos, você garante o acesso, e aí a pré-protetização é feita lá no município, só que a compra é só aqui, porque é muito alto você manter uma oficina ortopédica. Vamos supor, a oficina da protetização, infelizmente, ainda não temos serviço de reabilitação visual, que é uma pena o nosso Estado ainda não ter avançado nisso.

Então, o que acontece? Esse processo de compra, hoje, é o pior de todos os Estados, porque você tem que seguir todos os trâmites normais, que é para você comprar um carro, muitas vezes, na instituição pública, que é para você construir, e é diferente muitas vezes.

Vamos supor, uma pessoa que precisa de uma cadeira de rodas para determinada patologia, o que acontece? Ela tem que comprar igual qualquer outra coisa, toda tramitação, só que o tempo que essa pessoa podia sair da cama, já estar numa cadeira de roda e até depois ir para o andador, demora um tanto, e todo procedimento que você fez, muitas vezes, perde, porque há demora no processo de aquisição, que é uma ação que nós vimos discutindo junto ao Ministério e junto, propriamente, ao Fórum, apontando essa situação, levando para o Fórum permanente sobre a questão da deficiência visual que hoje, infelizmente, o Estado não fornece nenhuma bengala pelo SUS.

Então, eu acho que já passou. Nós estamos sendo referência no processo de organizar a rede no Estado.

O Município de Cuiabá, hoje, tem seis unidades. Então, o que acontece? Nós estamos fornecendo... Só Bauru, praticamente, consegue prótese auditiva pelo SUS, outros Estados não estão conseguindo serviço próprio. Nós somos o único Estado que temos a oficina própria, eminentemente pública, não tem nenhum recurso privado. Nós somos uma unidade que tem todo tipo de profissional que é recomendado pela RI, Reabilitação Internacional, só que o processo de compra é a pedrinha no nosso sapato. Mas nós vamos estar levando isso e pedimos para estar sentando junto conosco que é mais um que vai, pedindo apoio também para estar vendo esse lado que, muitas vezes, não dá para seguir todos esses trâmites legais que inviabiliza.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a sua participação e queremos dizer o seguinte: nós gravamos e a taquigrafia da Assembléia Legislativa está registrando todos esses quesitos, e para cada quesito desse nós vamos fazer uma destinação. As perguntas foram encaminhadas e as colocações serão encaminhadas ao Governo do Estado, à Assembléia Legislativa através de minha pessoa.

E outras reivindicações, como é o caso do transporte municipal, terão os seus encaminhamentos. E na Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, eu vou pedir ao Presidente da Casa, Deputado Silval Barbosa, que coloque esses assuntos permanentemente em debate.

Devido ao tempo e em função de outras atribuições, nós vamos encerrar essa audiência agradecendo a todas as pessoas aqui presentes, e convidando a todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Mato Grosso. As outras perguntas serão respondidas daqui a pouco, pessoal ou individualmente ou através das entidades.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Obrigado a todos.

Está encerrada a Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO DEFICIENTE EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques.